

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2019**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Tauá Brasil Palma S.A. ("Companhia"), foi fundada em 15 de março de 2018 como sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de Belem - PA, tem como principal atividade a produção, distribuição e comercialização de óleo vegetal, além de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades correlatas, como pesquisa e desenvolvimento em processos agroindustriais, processamento e comercialização de matérias-primas e insumos, incluindo cacho de fruto fresco, sementes e mudas.

A Companhia possui dois acionistas que é a Ecotauá Participações S.A. ("Ecotauá") que tem como principais acionistas a Dendê do Tauá S.A. e a Opportunity Agro FIP, e a Belém Bioenergia Brasil S.A. ("BBB") que tem como principais acionistas a Galp Brasil Energia S.A. e a Galp Bioenergia BV. Em 01 de novembro de 2019, a Companhia passou a desenvolver suas atividades, após finalização do acordo de acionista.

A Companhia possui duas usinas extratoras de óleo de palma bruto e palmisteria localizadas em Tailândia e Tomé Açú que estão sendo construídas por fases:

a) Primeira fase Usina extratora Tailândia ("ETL")

A primeira fase de construção da Usina ETL, com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de cachos de fruto fresco ("CFF") por hora, está concluída.

Segunda fase ETL

A segunda fase de construção da Usina ETL, que compreendera a construção de um módulo com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de CFFs por hora, está concluída

Terceira fase ETL

A terceira fase de construção da Usina ETL, que compreendera a construção de um módulo com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de CFFs por hora, a ser entregue.

b) Primeira fase Usina extratora Tomé Açú ("ETO")

A primeira fase de construção do projeto industrial ETO compreendera a construção de 2 (dois) módulos da Usina ETO, com capacidade total de processamento de 60 (sessenta) toneladas de CFFs por hora, com entrega prevista para o primeiro semestre de 2020.

Segunda fase ETO

A segunda fase de construção do projeto industrial ETO, compreendera a construção de 1 (um) módulo da Usina ETO, com capacidade de processamento de 30 (trinta) toneladas de CFFs por hora, a ser entregue. Quando de finalização da última fase a Companhia terá capacidade de processamento total instalada de 180 (cento e oitenta) toneladas de CFFs por hora.

A Companhia possui 38.007 hectares de plantação de dendê dividido em suas duas unidades, sendo 19.574 hectares na unidade de Tailândia e 18.433 hectares na unidade de Tomé Açú.

Em conexão com as premissas do projeto, a Administração entende que a execução das atividades de colheita, servirão para agregar valor e apoiar no aumento de suas atividades operacionais e financeiras, focando no objetivo de melhorar a sua rentabilidade. Nesse contexto, há expectativa de incremento no faturamento em 2020, decorrente do aumento da produção e da venda de óleo de palma, palmiste e óleo refinado, com a entrada em 2020 da unidade extratora de Tomé Açú.

De acordo com o plano de negócios da Companhia, os investimentos necessários para garantir as operações e o cumprimento de suas obrigações serão custodiados pelos acionistas e pelas próprias operações e, caso seja necessário, por recursos captados junto a instituições financeiras.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão, conforme previsto no OCPC 7 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo conselho de Administração em 26 de março de 2020.

As informações não financeiras tais como hectares e toneladas não foram auditadas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Em todas as demonstrações financeiras apresentadas em Reais (R\$) os valores foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moeda estrangeira consiste na conversão para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações contábeis. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.3. Base para elaboração e mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios, e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado do exercício, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua capacidade de recuperação nas operações, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto quando descrito.

3.1. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.2. Mensuração do valor justo

A Companhia mensura instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo em cada data de reporte.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizariam ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico.

A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizaria o ativo em seu melhor uso. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e
- Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. Ativos financeiros

3.4.1. Classificação

A partir de 1ª de janeiro de 2019, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: